



(RE)CONHECENDO A AGROECOLOGIA FEMINISTA - AGROECOSSISTEMAS E REDES DAS AGRICULTORAS DO VALE DO RIBEIRA (SP, BRASIL)

Glaucia Marques¹, Kas Sempere², Miriam Nobre³, Natalia Lobo⁴, Sheyla Saori Iyusuka⁵,
Vivian Ferreira Franco⁶.

SOF Sempreviva Organização Feminista/Christian Aid.

RESUMO

Este ensaio faz parte do projeto de pesquisa (Re)conhecendo a agroecologia feminista - agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira (SP, Brasil) e propõe uma investigação que amplia as pesquisas do campo da agroecologia feminista. Entendendo que ainda é pouco documentado as práticas agroecológicas das mulheres, foi realizada uma revisão bibliográfica organizada através da questão de como as mulheres manejam complexos agroecossistemas para dar continuidade a vida nos territórios. As experiências mostram que as mulheres estabelecem relações em seus territórios, com as pessoas e a natureza, que ultrapassam a dicotomia da produção e reprodução, e são importantes contribuições para se pensar uma nova maneira de olhar a economia e o mundo.

Palavras- chave: economia feminista; práticas agroecológicas; Vale do Ribeira

¹ Agrônoma, técnica da SOF

² Socióloga, Pesquisadora associada na Open University de Reino Unido/Professora associada na Universidade de Valencia de Espanha

³ Agrônoma, técnica da SOF

⁴ Agroecóloga, técnica da SOF

⁵ Agrônoma, técnica da SOF

⁶ Agrônoma, técnica da SOF

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa (Re)conhecendo a agroecologia feminista - agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira (SP, Brasil) propõe uma investigação que amplia as pesquisas do campo da agroecologia feminista. Entende-se que ainda são poucas as ações e projetos de pesquisa que relacionam, na mesma investigação, as dimensões do movimento feminista agroecológico, da ciência, notadamente do diálogo de saberes e da construção coletiva do conhecimento e da prática, visibilizando a forma que as mulheres realizam o trabalho na unidade agrícola.

É observado no campo dos saberes científicos, que há uma predominância, por um lado, de pesquisas sobre o feminismo agroecológico como movimento e por outro lado, de pesquisas que se debruçam sobre aspectos técnicos da produção das mulheres, sem se debruçar na mesma medida sobre os aspectos sociais. Observou-se também que a presença de estudos sobre o tema de práticas agroecológicas das mulheres, na manutenção de complexos agroecossistemas, também são escassos, sendo necessário levantar hipóteses a partir de estudos sobre a diversidade dos territórios e entender como a divisão sexual do trabalho pode invisibilizar as mulheres e são ocultadas nestes estudos.

A revisão bibliográfica foi organizada em eixos temáticos com a possibilidade de gerar reflexões para a pergunta organizadora da pesquisa: “De que maneira as mulheres agricultoras organizadas, manejando agroecossistemas de forma agroecológica (incluindo a produção, transformação e comercialização), contribuem para a igualdade de gênero, a manutenção dos modos da vida das comunidades, o cuidado com a natureza e a construção da soberania alimentar?” Para este ensaio, focaremos apenas em um eixo: “Práticas Agroecológicas” por ser considerado um tema organizador da pesquisa e que também está em atual debate pelo GT de mulheres da ABA⁷ e pode ampliar o diálogo e reflexão a partir de sua publicação. Este eixo traz a necessidade de se olhar para as práticas cotidianas das mulheres, afetadas pela divisão sexual do trabalho, e que estabelecem suas relações de produção baseadas na reprodução da vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, as mulheres têm desenvolvido estratégias para conservar e restaurar a natureza com o princípio de dar sustentação à vida. São numerosas as experiências de mulheres que constroem cotidianamente outras formas de estar no mundo e de se

⁷ Associação Brasileira de Agroecologia

relacionar com a natureza, caminhando com a soberania alimentar e com a agroecologia como ferramenta.

Considerando a agroecologia como prática, ciência e movimento, as construções coletivas e as promoções de práticas agroecológicas têm gerado respostas políticas, principalmente ao modelo do agronegócio. A ANA-Articulação Nacional de Agroecologia reconhece que os princípios agroecológicos também se assemelham aos modos de vida de povos originários, na defesa dos bens comuns e no fortalecimento da segurança alimentar, assumindo um compromisso político com a democratização do direito aos bens comuns. É necessário considerar que a agroecologia também ganha outras narrativas a partir da história das mulheres na agricultura, visibilizando também suas lutas e resistências em territórios onde os processos de exploração do solo e água estão presentes. A intensificação de conflitos territoriais e socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, camponeses, povos originários e outros grupos que têm em sua territorialidade a condição fundamental para reprodução da vida, é decorrente dos modelos hegemônicos de “desenvolvimento”. Estes modelos têm sido historicamente impostos à América Latina, como uma expressão da colonialidade do poder de um sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcal, e sua exploração baseada na classificação social, de maneira hierárquica e subalterna, de raça, gênero e de classe. (Grosfoguel; 2005, Quijano apud Azevedo et al, 2019, p.1)

As mulheres rurais têm se mobilizado frente aos problemas de seus territórios e colocando a agroecologia, como prática cotidiana, na forma de resistência. Um coletivo de mulheres na Argentina- Las verdecitas- organizadas a partir de uma granja agroecológica, define que a agroecologia deve questionar os pilares do capitalismo patriarcal, que concebe a centralidade a partir de homens, brancos, burgueses e heterossexuais. Afirmando que a agroecologia é um movimento antiglobalizado, que promove produções comunitárias, valoriza as atividades dos cuidados e se opõem as hierarquias dos saberes, em uma construção coletiva. (Agosto, 2017, P.145)

A maneira como povos originários e comunidades tradicionais vivem em seus territórios mostram como a preservação, a manutenção e uso dos elementos da natureza se relacionam com seus modos de vida e trabalho. Estudos etnográficos sobre a conservação do milho mexicano, por exemplo, mostram que a conservação dessa diversidade é mais um resultado do que um objetivo das práticas camponesas nativas americanas. (Foyer & Ellison, 2018).

A lógica de mercantilizar as relações das pessoas com a natureza, reduz as práticas

agrícolas e conhecimentos ancestrais, culturais e sociais, em produto, e têm sido a ofensiva do modelo de desenvolvimento colocada por governantes e instituições financeiras. A perda da agrobiodiversidade, dos conhecimentos repassados e transformados por gerações e a supervalorização das terras são consequências do modelo de produção do mercado financeiro de commodities, e têm expulsado as pessoas ou as mantido como reféns em seus territórios a serviço do capital. A mulher, ao ser vinculada à natureza através de categorias físicas, psíquicas e biológicas, é condenada à inferioridade, subordinando sua existência ao modelo de produção hegemônico (Nogales, 2017,p 12).

A colonização inglesa por exemplo, no Oeste de Camarões, impôs uma modernização agrícola, com a introdução da monocultura de café e de sementes homogêneas, cultivo em terraços e curva de nível, em um local onde as mulheres possuíam uma importância central na agricultura. As mulheres se mostraram reticentes a estas mudanças coloniais e o fato de as práticas agrícolas serem transmitidas de mãe à filha pareceu aos colonizadores que eram imutáveis. E, portanto, a agricultura realizada pelas mulheres foi considerada atrasada, reforçando o discurso colonizador que o plantio do declive era por preguiça das mulheres, e foi considerada um modo irracional de fazer agricultura (NDAMI, 2019). A ruptura da reprodução dos modos de vida com os projetos de colonização dos territórios sob a exploração da natureza e dos povos também vinculou as relações à uma dominação de gênero, subordinando o trabalho reprodutivo ao produtivo, inferiorizando simbólica e materialmente as mulheres e suas atividades, áreas de atuação, dimensões da vida social e tempos pessoais associados a elas (Moraes et al apud Bandeira; Preturlan, 2016).

Na divisão sexual do trabalho, os trabalhos racionais que envolvem aplicação técnica e força, habilidades e performances tecnológicas como trabalhos masculinos, também se refletem na invisibilidade das mulheres frente ao uso de certas tecnologias e práticas.

É importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho, não só define os trabalhos, mas também produzem conhecimentos e tecnologias favorecendo um padrão científico e androcêntrico. Nos relatos de mulheres de quilombos situados em Palmas de Monte Alto /BA, após a invasão de latifundiários na região, mostraram como as sementes crioulas que foram substituídas pelas geneticamente modificadas por exemplo, trouxeram mudanças no uso da terra e no desequilíbrio ambiental.(Pereira et al, 2020).

Tzul (2015) afirma que a participação das mulheres tem sido em grande parte crucial porque sabem que o que está em jogo é o uso de água, floresta, terra, culturas de subsistência; em suma, a gestão da vida cotidiana. Ainda assinala que o cotidiano das

mulheres aproxima a visão feminista em reconhecer certas práticas agroecológicas quando se coloca a vida como central para organizar as relações.

1. PRODUÇÃO

Durante o exercício de preenchimento das Cadernetas Agroecológicas, para além da visibilidade das questões econômicas, o instrumento mostrou a diversidade de produção das mulheres e que esta atividade está vinculada principalmente à produção para o auto consumo. No total se registrou: 50% são notificações de consumo, outros 27% são de venda, 19% de doações e 3% de troca. (Alves et al, 2018).

Com base nas experiências da SOF com as agricultoras do Vale do Ribeira, entende-se que as práticas agroecológicas feministas são aquelas atividades relacionadas à agricultura que garantem que as mulheres tenham maior autonomia: para escolhas e participação.

As agricultoras da RAMA têm se organizado em mutirões de produção que beneficiam as mulheres em muitos aspectos: para as mulheres que não possuem grande força de trabalho, por problemas de saúde física ou aporte financeiro para contratar mão de obra; reduzindo o tempo de trabalho na roça e deixando o trabalho menos desgastante; fortalece os laços e vínculos entre elas e também compartilhando técnicas e práticas sobre a produção e o uso de plantas para transformação e para o autoconsumo das famílias.

Ainda que as mulheres iniciem processos de auto organização que caminham para uma autonomia na produção e comercialização, há relatos de como as mulheres também enfrentam diariamente os desafios impostos pela divisão sexual do trabalho. As situações que envolvem aplicação de veneno nas áreas das mulheres por seus maridos, por exemplo, são muito comuns. Durante as atividades de ATER a equipe da SOF verificou que grande parte das mulheres desconheciam o uso de fertilizantes e adubos químicos para a produção e que este conhecimento estava centralizado nos homens da casa. Foi verificado também que os agrotóxicos começam a fazer parte da vida da agricultura no Vale do Ribeira após introdução das monoculturas de palmito e bananas. Os projetos entendidos como ‘carros chefe’.

Uma quilombola da Barra do Turvo ao descrever os eventos religiosos tradicionais da comunidade coloca como o projeto de criação de búfalos, impulsionado por técnicos da região e que ganhou adesão dos homens da comunidade, destruiu rapidamente um trajeto que os antigos utilizavam para a romaria, encontrando-se assoreado e abandonado. Assim, as práticas agroecológicas desenvolvidas por muitas mulheres camponesas operam em

escala agrícola mas são orientadas principalmente para o autoconsumo e a preocupação de produzir alimentos saudáveis. Não obedecem a uma lógica de acumulação e são regidas por princípios que integram a necessidade do bem viver em seus territórios. Há relatos das agricultoras da RAMA que afirmam ser as mulheres as impulsionadoras dos sistemas agroflorestais quando a Cooperafloresta⁸ iniciou a proposta de implantação no momento que a agricultura de coivara⁹ foi banida. Afirmando que os homens não se identificaram com o sistema que envolvia plantas moles¹⁰”.

Nobre et al (2020) ao descrever a grande diversidade encontrada nas agroflorestas observa que a abundância é o termo utilizado para se referir aos frutos, raízes, flores e folhas disponíveis, com pouca ou mesmo nenhuma atividade humana. A agrofloresta é realizada na sombra, em oposição ao extenuante trabalho de sol a sol que caracteriza a agricultura. “Nenhuma atividade” não quer dizer necessariamente nenhum trabalho, já que pode ser uma decisão deliberada pela observação e experimentação, conhecimentos que também mobilizam a subjetividade e o simbólico. O fato é que a riqueza em termos de biodiversidade é intensa em áreas onde vivem comunidades tradicionais indígenas e afrodescendentes.

Levantando referências sobre os sistemas alimentares que se integram de maneira nutricional e ambiental, no relato das mulheres de Camarões, Ndami (2019) descreve que as mulheres detinham conhecimentos empíricos sobre as plantas, ciclo vegetativo, associações entre elas, que cuidados necessitam, que solos são apropriados, rendimentos e qualidades nutritivas, sendo os alimentos categorizados segundo o uso (alimentos para grávidas, parturientes, para superar uma fadiga momentânea, por exemplo). As mulheres eram responsáveis pela seleção, conservação, utilização e circulação das sementes. Os saberes ligados às sementes constituíam um elemento fundamental na educação agrícola das jovens nestas comunidades, e todos os conhecimentos eram então transmitidos de mães para filhas.

Uma agricultora quilombola do Vale do Ribeira ao mostrar o seu quintal e o plantio de variadas espécies de plantas, com ausência de espaçamentos técnicos entre as plantas e

⁸ A Cooperafloresta nasceu a partir da organização de famílias agricultoras quilombolas no Vale do Ribeira, atuando nos municípios de Barra do Turvo em São Paulo e Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná.

⁹ A roça de coivara é o esteio do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira. Sua prática foi proibida na década de 90 pela forte pressão da ocupação por unidades de conservação. Atualmente é realizada mediante autorização da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Ver em: [Sistema Agrícola Quilombola e o reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos | ISA - Instituto Socioambiental](#)

¹⁰ A SOF entende que este termo sugere uma caracterização de fragilidade da planta: geralmente as agroflorestas são planejadas com plantas mais sensíveis, e de acordo com o sombreamento sugere-se plantas mais rasteiras e de porte menores para cobertura do solo, quando comparadas às plantas de roça padrão como mandioca e feijão.

de canteiros para o plantio, descreve que as plantas parecem conviver entre elas, afirmando que plantar “tudo junto” é bom porque colhe-se uma diversidade, por um longo período. E o tempo que ela leva para colher alguns alimentos é o mesmo tempo que ela maneja o sistema. A agricultora afirma que isso seria impossível se estivesse trabalhando em uma produção de uma única espécie.

As contribuições ambientais que as mulheres têm construído são inúmeras e verifica-se que a promoção de práticas diversificadas, principalmente contrariando o determinismo tecnológico no uso de fertilizantes e agrotóxicos, têm também garantido a fertilidade do solo e a continuidade da prática. Os estudos dos quintais da região amazônica, Galdez et al (2015), mostraram através de análises de solo que os quintais possuem baixa toxicidade pelo alumínio, são solos mais ricos em matéria orgânica, o autor explica que este resultado se dá pelo constante manejo que aporta grande quantidade de matéria orgânica.

Nos quintais diversificados das mulheres encontramos princípios ecológicos¹¹, que se constroem coletivamente entre os saberes ancestrais nas relações das pessoas com a natureza e nos saberes construídos pelas mulheres através de práticas que abarcam seus trabalhos reprodutivos. O conhecimento das mulheres sobre as plantas nos sistemas de produção, sejam cultivadas ou espontâneas, mostra o acúmulo de experiências cotidianas que envolvem o uso destas plantas e que segundo os relatos das mulheres a origem da construção desses saberes, são transmitidas por gerações. Felipim (2001) ao estudar as práticas agrícolas indígenas Guaranis em Cananéia constatou que a diversidade de alimentos produzida, a seleção de sementes e a escolha do local de plantio são de responsabilidade das mulheres da aldeia. Os conhecimentos estão integrados ao cotidiano e as práticas ultrapassam a dicotomia produtiva e reprodutiva do trabalho.

2. TRANSFORMAÇÃO

A transformação de alimentos e plantas é comumente relatada em muitos lugares, principalmente em relação aos conhecimentos culinários tradicionais. Diversas publicações têm chamado a atenção ao resgate culinário de povos originários como uma estratégia de fortalecer os conhecimentos transmitidos e reforçar questões identitárias.

Segundo Santos (2019), a autora reforça que as escolhas alimentares, que projeta a relação identitária, é uma decisão coletiva que envolve atividades comunitárias, critérios e

¹¹ Ana Primavesi (1998) afirma que o excesso ou deficiência de um nutriente nunca está isolado de outros fatores e nutrientes, assim como no corpo humano. A tecnologia ecológica trabalha com ciclos como o da vida, da água, do carbono, e outros dentro de sistemas, geralmente próprios ao lugar. Todos os ciclos são relativos, interligados, dependentes do funcionamento dos outros e não há fatores isolados.

práticas importantes para o convívio (a comida servida durante as práticas religiosas, por exemplo). Os modos de transformar o alimento em comida também passa pela observação de gestos, o uso específico de certos utensílios, a escolha do espaço para o preparo etc. A cozinha, vista como um local tradicional da posição da mulher, simbólica do espaço doméstico, também inspirou a luta das mulheres rurais pela igualdade de direitos e a necessidade de visibilizar os trabalhos produtivos das mulheres: a cozinha como um espaço revolucionário para manutenção da vida, a partir da valorização dos alimentos como a feitura das farinhas, pães, geleias e derivados do açúcar e do mel, para a comercialização, por exemplo, e a comida necessária para resistência em um sistema opressor, sendo grande parte do auto consumo, alimentos advindo dos quintais produtivos, fruto do trabalho no local de produção exclusivo das mulheres.

As mulheres que fazem agroecologia têm iniciado experiências concretas com o objetivo de oferecer e ampliar o acesso aos alimentos saudáveis. Muitos coletivos e grupos de mulheres se organizam nesta prática para atividades comunitárias, em serviços culinários e na venda de alimentos transformados.

No caso da RAMA há mulheres que além de oferecerem alimentos in natura, também optaram em transformar os alimentos em doces, pães, biscoitos, geleias e conservas. Segundo informações da SOF, na RAMA há mais de 20 tipos de alimentos transformados que são ofertados para os grupos de consumo de São Paulo. Nos primeiros resultados que antecedem o projeto de sistematização das Cadernetas Agroecológicas, no ano de 2014 e 2015, durante o projeto Mulheres em Rede, o GT de mulheres da ANA apontou a enorme diversidade biológica dos quintais das mulheres, contando com 142 espécies e incluindo os alimentos processados e artesanatos, o número de produtos sobe para 212. A importância da transformação de alimentos e plantas para usos nutricionais, medicinais e para os artesanatos contribuem em grande parte para a geração de renda de diversos coletivos de mulheres.

Dados dos quintais localizados nos municípios de Acaiaca, Espera Feliz, Simonésia e Viçosa/MG, apontaram, através da diversidade de espécies, que a maior parte das plantas dos quintais, são destinadas à alimentação, o uso medicinal vem em segundo lugar e as plantas com funções ornamentais em terceiro lugar. (Alvez, et al 2018).

É importante ressaltar que entre muitos desafios que as mulheres enfrentam para a comercialização dos alimentos transformados, são as atuais normas da Vigilância Sanitária no Brasil que não permitem a comercialização de produtos sem os selos de inspeções (municipal, estadual e federal). Esta legislação, dada sua exigência de enquadramento

quanto à estrutura, aparatos e utensílios de alto custo das cozinhas, foi então promovida apenas por grandes cadeias de comercialização internacional, favorecendo grandes empresários industriais e excluindo pequenos empreendimentos coletivos, familiares e comunitários.

Esta é uma pauta de lutas políticas de movimentos sociais camponeses, feministas, das agroindústrias familiares e organizações sociais e científicas¹², afirmando que é necessário adotar uma concepção de qualidade baseada no respeito às práticas e culturas alimentares tradicionais, ao mesmo tempo em que se fornecem alimentos adequados e saudáveis à população com normativas mais inclusivas, assim como discutir os conceitos do que significa qualidade e risco, construídos para um padrão hegemônico alimentar. Considerando que estes atributos podem ser construídos de outras maneiras, como o sabor e o fortalecimento de cadeias de comercialização em que a confiança, por exemplo, pode definir e organizar a qualidade de um produto. (SCHOTTZ, 2017).

O Gt de mulheres da ANA têm promovido a articulação da Resolução Normativa 49 da ANVISA¹³ com a produção das mulheres. Ela adequa os procedimentos exigidos para a realidade do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, sem comprometer a saúde da população. Essa resolução representa uma “mudança de paradigma” do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, rompendo com posturas mais policialescas e punitivas que caracterizam a atuação de muitos de seus agentes.(Schottz, Cintrão e dos Santos, 2014).

A fiscalização e normatização sobre a elaboração e transformação de alimentos é uma posição que exclui o debate da segurança alimentar feita pelas mulheres. São inúmeras as atividades das mulheres, que inclui as pescadoras artesanais e extrativistas por exemplo, que não conseguem atingir os mercados institucionais e formais com seus produtos. Desta maneira, o fortalecimento de algumas práticas agroecológicas, baseadas em relações de reciprocidade, solidárias e coletivas, também revelam as práticas de um mercado opressor e excludente. As experiências concretas que envolvem redes de produção e consumo, por exemplo, têm sido centrais na comercialização agroecológica, onde a confiança e a

¹² Organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Slow Food e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

¹³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária que mantém uma classificação dos alimentos e normatiza sua comercialização. Na Normativa 49 a classificação como alto e baixo risco é feita conforme informações epidemiológicas, considerando a capacidade dos serviços, os costumes, os conhecimentos tradicionais e a escala de produção.

solidariedade construída, coletivamente entre produção e consumo, se estabelecem como maneiras de garantir a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar.

3. COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização para as mulheres rurais sempre foi um tema desafiante posto as dificuldades que as agricultoras possuem em acessar políticas e programas públicos que viabilizam suas atividades. Durante a execução do programa de ATER específico para mulheres (2016- 2018) a SOF trabalhou com diversos coletivos e grupos de mulheres em 13 municípios do Vale do Ribeira. Foi constatado que grande parte das mulheres participantes não possuíam DAPs¹⁴, documento que tem relação com a existência de contratos de ocupação e posse da terra, e a existência de uma produção economicamente ativa. Butto & Dantas (2011) ressaltam como o sistema político de acesso e transmissão da terra se mantém entre os homens e que os problemas pertinentes à situação que se encontram as mulheres rurais em caso de abandono, viuvez e separação não são considerados.

Um outro impedimento de acesso a DAP esta na necessidade de comprovação da produção agrícola economicamente ativa, regras estabelecidas pelo órgão público estadual de assistência técnica emissor deste documento, na qual a produção para autoconsumo, onde se encontra a maior parte dos trabalhos das mulheres, não são consideradas. Diante das extensas limitações que as mulheres agricultoras encontram para viabilizar suas produções em mercados institucionais e formais, e entendendo que suas relações de mercado não se baseiam apenas em trocas mercantis, as mulheres têm impulsionado novas construções para caminhos mais autônomos da comercialização.

A diversidade de produtos que as agricultoras da RAMA produzem, com mais de duzentos tipos de alimentos produzidos de forma agroecológica, e também representada com mais de 50 variedades de alimentos transformados, nos coloca em debate a questão da segurança alimentar, através de uma variedade e qualidade de alimentos com valores nutricionais que não são encontrados nos mercados abastecidos convencionalmente.

Estas ações são impulsionadas por relações que envolvem confiança e afeto. Telles (2018) ao analisar as relações das mulheres da Barra do Turvo, afirma que ainda que haja conflitos nas relações, não se trata simplesmente de adquirir ou vender produtos em um mercado. Valores como a confiança e a solidariedade permeiam todo o processo e o

¹⁴ DAP –Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do (a) agricultor (a) como) produtor (a) rural. É indispensável para acesso a programas e políticas públicas, e seguridade social.

mercado passa a ser um caminho para fortalecer os grupos de mulheres e, ao mesmo tempo, para a construção de laços sociais mais permanentes entre campo e cidade.

Essas iniciativas têm em comum o fato de serem estratégias de comercialização em circuitos curtos, na relação direta com os/as consumidores/as. São os mercados construídos localmente que operam sob regras conhecidas para as mulheres, com base nas relações de confiança e de parentesco. Dessa maneira, as mulheres conseguem ter maior autonomia na comercialização e na negociação de seus produtos e, ao mesmo tempo, reforçam a sua identidade como agricultoras na comunidade

Muitas experiências de mulheres com o objetivo comum da comercialização têm sido mobilizadoras de ações antimachistas, reivindicando maior participação das mulheres em organizações mistas, por exemplo. No processo de construção do Sistema Participativo de Garantia da Rede de Comercialização Solidária Xique Xique, a violência contra a mulher é parte do debate. Assim como na rede Ecovida, organização de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos na região sul e sudeste do Brasil, as mulheres organizaram o encontro Gênero, Geração e Conhecimento¹⁵, em 2019, e debateram a necessidade de diversificar o olhar dicotômico homens e mulheres e a responsabilidade destas organizações em diminuir as diferenças e violências sexistas.

Em uma dinâmica complexa de funcionamento, as organizações de agricultoras se somam a uma construção, com base em relações não capitalistas, solidária e de cooperação, de estratégias de valorização do seu trabalho enquanto sujeito político. Os espaços que tratam a comercialização apenas baseados em relações mercantis, excluem as inúmeras contribuições das mulheres, sendo necessário valorizar experiências de circuitos curtos, locais e participativos para a construção de novos mercados organizados a partir da solidariedade, afetos e confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições da economia feminista para a agroecologia, que em diálogo com outras economias contra hegemônicas, como a ecológica e solidária, se acumularam em diversas reflexões a partir das experiências das mulheres e no movimento agroecológico, com as Cadernetas Agroecológicas. É notado que as relações econômicas das mulheres não são apenas monetárias e que produzir diversidade e alimento também vão além das preocupações das mulheres com a saúde da família. As experiências das mulheres

¹⁵ Ver em: < <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/2019/11/22/mulheres-e-juventudes-protagonizam-o-xi-encontro-ampliado-da-rede-ecovida-de-agroecologia/>>

mostram que a sustentabilidade da vida vai além da dicotomia trabalho produtivo x reprodutivo, mostrando que as relações com a natureza se iniciam com a família, no quintal, e vai se ampliando para outros lugares da comunidade. As relações que envolvem reciprocidade tornam-se essenciais para o convívio comunitário e traduzem as diversas maneiras que as mulheres sustentam a vida e principalmente através de seus conhecimentos sobre a natureza.

As experiências das mulheres mostram seus conhecimentos que envolvem a fertilidade do solo, dos períodos de plantios, das colheitas e as escolhas das variedades e espécies de plantas. Colocando a diversidade como prioridade nos sistemas de produção, em desigual confronto com os projetos do agronegócio em que se valoriza as monoculturas e a importância de apenas uma cultura para maior retorno econômico. As maneiras como as mulheres transformam a diversidade dos alimentos também nos coloca reflexões sobre a segurança alimentar que é mantida nestes territórios, entendendo que a ideia de segurança alimentar e as maneiras como são produzidos certos alimentos não são compreendidos nos sistemas estabelecidos globalmente sobre os padrões alimentícios e de produção.

Diante disso, as mulheres têm se mostrado criativas e dispostas a lidar com as duras realidades, parte disso é a comercialização autogestionada por elas e pelos grupos de consumo de São Paulo. E pressupõe-se que parte desta ação coletiva que beneficia muitas pessoas, é também resultado de uma relação que as mulheres estabelecem com a natureza, o manejo agroecológico dos agroecossistemas e a condição de sustentabilidade humano-natureza é um conhecimento transmitido e aperfeiçoado pelas mulheres.

Por fim, a revisão permitiu observar que as práticas das mulheres estão pouco documentadas, há muitas referências sobre este tema, mas que não identifica a presença das mulheres à frente da produção. A pesquisa deve se aprofundar nestes temas e fornecer subsídios importantes para a questão orientadora do estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARCA: Plantas medicinais: tradições e saberes de mulheres de uma comunidade urbana do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11037>>, acesso em: 6 abr. 2021.
2. AZEVEDO, Natália Tavares; TORRES, Katya Regina Isaguirre; BORBA, Carolina dos Anjos, Gênero, território e decolonialidade: experiências e perspectivas no Brasil, Guaju, v. 5, n. 1, p. 2–14, 2019.
3. Construcción de la sostenibilidad en Bolivia. Propuesta agroecológica de las mujeres, disponível em: <<http://www.leisa-al.org/web/index.php/volumen-31-numero-4/1326-construccion-de-la-sostenibilidad-en-bolivia-propuesta-agroecologica-de-las-mujeres>>, acesso em: 6 abr. 2021.

4. FELIPIM, Adriana Perez, O sistema agrícola guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP., Mestrado em Ciências Florestais, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.
5. FOYER, Jean; ELLISON, Nicolas, Conserver les maïs mexicains . La diversité bioculturelle et ses ambiguïtés, *Études rurales*, n. 202, p. 120–139, 2018.
6. NDAMI, Chantal, Normes de genre, pratiques et savoirs agricoles féminins au Cameroun : une approche historique, *in*: VERSCHUUR, Christine (Org.), *Savoirs féministes au Sud : Expertes en genre et tournant décolonial*, Genève: Graduate Institute Publications, 2020, p. 313–328.
7. Normas sanitárias, culturas alimentares e padronização do gosto – FBSSAN, disponível em: <https://fbssan.org.br/2017/10/normas-sanitarias-culturas-alimentares-e-padronizacao-do-gosto/>, acesso em: 6 abr. 2021.
8. PEREIRA, Hegair Das Neves; VELLOSO, Tatiana Ribeiro; OLIVEIRA, Diego de Albuquerque, A mulher Quilombola sob uma perspectiva rural, *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.
9. SANTOS, Alexandra, O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola., *Revista Intratextos*, v. 3, n. 1, p. 54–71, 2012.
10. SCHOTTZ, Vanessa; CINTRÃO, Rosângela Pezza; SANTOS, Rosilene Mendes dos, Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da Agricultura Familiar, *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology) – Visa em Debate*, v. 2, n. 4, p. 115–123, 2014.
11. “Se não reconhece o papel e o trabalho das mulheres, então não é agroecologia”, *Articulação Nacional de Agroecologia*, disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/03/08/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia/>, acesso em: 6 abr. 2021.
12. TELLES, Liliam; ALVARENGA, Camila; CASTRO, Nayara, *Caderneta Agroecológica: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras de Barra do Turvo, SP*, *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.
13. TELLES, Liliam, *DESVELANDO A ECONOMIA INVISÍVEL DAS AGRICULTORAS AGROECOLÓGICAS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DE BARRA DO TURVO, SP*, p. 186, .